



ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 26.855.869/0001-01

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações contábeis da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A e o relatório dos auditores independentes.

Balanco patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)				Demonstração do resultado do exercício - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)			
Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.817	27.936	Fornecedores	7	17.537	30.485
Contas a receber de clientes	5	1.962	-	Empréstimos	8	1.900	203
Tributos a recuperar	90	90	87	Debêntures	9	1.149	1.420
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	21.125	21.303	Dividendos a pagar	12	9.754	9.754
Outros ativos circulantes		384	51	Imposto de renda e Contribuição social a pagar	10,2	68	78
Total do Ativo Circulante		34.378	49.377	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10,3	-	656
Não Circulante				Outros passivos circulantes		239	31
Realizável a longo prazo				Total Passivo Circulante		30.647	42.627
Títulos e valores mobiliários		2.924	-	Não Circulante			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	160.704	160.026	Fornecedores	7	10.791	-
Imobilizado		1	2	Empréstimos	8	91.372	87.819
Total do Ativo Não Circulante		163.629	160.028	Debêntures	9	24.959	24.972
Total do Ativo		198.007	209.405	PIS e COFINS Diferidos	11	6.637	6.618
				Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10,3	5.600	4.929
				Provisões para Multas Regulatórias	12	6.150	-
				Total Passivo Não Circulante		145.509	124.338
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	13	18.519	18.519
				Reserva legal	13	2.079	2.079
				Reserva de lucros	13	1.253	21.842
				Total Patrimônio Líquido		21.851	42.440
				Total Passivo e do Patrimônio Líquido		198.007	209.405

Demonstração do resultado abrangente - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Prejuízo líquido do exercício	(20.589)	(1.931)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(20.589)	(1.931)	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)					
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro de 2022	18.519	23.773	2.079	-	44.371
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.931)	(1.931)
Constituição de reservas	-	(1.931)	-	1.931	-
Saldo em 31 dezembro de 2022	18.519	21.842	2.079	(20.589)	42.440
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(20.589)	(20.589)
Constituição de reservas	-	(20.589)	-	20.589	-
Saldo em 31 dezembro de 2023	18.519	1.253	2.079	-	21.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social - A Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2017 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O objeto social é instalações de transmissão localizada no estado de Minas Gerais, compostas pelo Compensador Estático de Reativos de 500 KV, 150/+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada. **1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica** - Em 10 de Fevereiro de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 10 de Fevereiro de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados de Minas Gerais, compostas pelo compressor estático de reativos, em 500 KV, 150/+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço. A Entrada em Operação Comercial ocorreu em 14 de novembro de 2023. A obrigação da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos é: (i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão; (ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; (iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico; (iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória; (v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; (vi) Manter o acervo documental audível, em conformidade com as normas vigentes; e (vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. **1.3. Encargos regulamentares** - Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As informações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2024. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração** - Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) Nota explicativa 10 - Impostos Diferidos; Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; e (ii) Nota explicativa 6 - Ativo de Contrato; Contabilização de contratos de concessão. (iii) Nota explicativa 11 - Provisões para multas regulatórias. **2.3.1. Estimativas e Premissas** - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalente de caixa** - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração**

subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida), ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ativos reclassificados de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida), ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais), e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualifiquem para o reconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou geridos com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros** - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Demonstração dos fluxos de caixa - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(19.683)	(346)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Depreciação - imobilizado		1	3
Juros sobre empréstimos tomados	8	6.228	7.014
Juros sobre debêntures tomados	9	2.949	3.133
Encargos sobre debêntures	9	8	9
Alterações nas provisões	12	6.150	-
Receita diferida	15	(500)	(13.674)
Custo diferido		8.580	6.517
Tributos diferidos	15	19	499
Rendimento sobre aplicação financeira		-	(3.489)
Lucro ajustado		3.752	(334)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(1.962)	-
Tributos a recuperar		(456)	(532)
Outros ativos		(333)	(50)
Fornecedores e outras contas a pagar		(2.157)	(3.097)
Outros passivos		208	(36)
Imposto de renda e contribuição social pagos	10,2	(448)	(693)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.396)	(4.742)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	(5)
Títulos e valores mobiliários		(2.924)	3.489
Concessão do serviço público (ativo de contrato)		(8.580)	(6.517)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(11.504)	(3.033)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos	8	(166)	-
Juros pagos de empréstimos	8	(812)	-
Pagamento de debêntures	9	(1.498)	-
Juros pagos de debêntures	9	(1.743)	(133)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(4.219)	(133)
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa			
Varição do caixa e equivalentes de caixa		(17.119)	(7.908)
No início do exercício		27.936	35.844
No final do exercício		10.817	27.936
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(17.119)	(7.908)

Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento** - um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual** - Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidos são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.5. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPD 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados



ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 26.855.869/0001-01

lados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202 os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: "1 - Metade do lucro líquido do exercício distribuído da reserva legal (art. 193); e (b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" 3.6. Contingências - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. 3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. 3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. 3.10. Reconhecimento de receita - As receitas são reconhecidas quando o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. "Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual". 3.11. Despesas operacionais - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função de desempenho, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. 3.12. Imposto de renda e contribuição social - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICP 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. 3.13. Despesas e receitas financeiras - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. 3.14. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas - 3.14.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões às normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

CPC 50 - Contratos de Seguros
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
3.14.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia. 3.15. Outras considerações sobre os valores correspondentes - Certos valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 de dezembro de 2022, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, em função dos seguintes itens: (a) Apresentação destacada em diferentes contas patrimoniais dos valores correspondentes ao efeito do *Gross Up* de PIS e Cofins no cálculo do ativo de contrato, refletindo, portanto, a aplicação do item 7.10 do CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro sobre a compensação de saldos; (b) Outras reclassificações para melhor apresentação.

Ativo	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	
	Divulgado	Ajuste	Reclassificado	
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	20.525	778	21.303
Adiantamentos diversos	(b)	16	(16)	-
Despesas antecipadas	(b)	35	(35)	-
Outros ativos circulantes	(b)	48.599	778	49.377
Ativo circulante		69.175	706	70.881
Concessão de serviço público (ativo de contrato)	(a)	154.186	5.840	160.026
Ativo não circulante		154.186	5.840	160.026
Total do Ativo		202.787	6.618	209.405
Impostos correntes a pagar	(b)	31	(31)	-
Outros passivos circulantes	(b)	-	31	31
Passivo circulante		42.627	-	42.627
Pis e Cofins Diferido	(a)	-	6.618	6.618
Passivo não circulante		117.720	6.618	124.338
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		202.787	6.618	209.405

4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	52	142
Aplicação financeira (i)	10.765	27.794
Total	10.817	27.936

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (e pelo Banco do Nordeste), que tiveram no ano de 2023, remuneração média referenciado ao CDI de 97,40% (2022 96,20%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
5. Contas a receber de clientes	1.962	-
Concessionárias e permissionárias (i)	1.962	-
Total	1.962	-

(i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$174 mil em 05/01/2024, R\$354 mil em 15/01/2024, R\$1.001 em 25/01/2024, R\$354 mil em 05/02/2024 e R\$79 mil referentes a créditos a serem recebidos. 6. Concessão do serviço público (ativo de contrato): Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	AVT	
Linhas de Transmissão	Padre Paraíso 2	
Margem de construção	35,88%	
Margem de operação e manutenção	10,96%	
Taxa de remuneração	15,90%	
Índice de correção dos contratos	IPCA	
Ativo de contrato 31/12/2021	167.655	
Receita de construção	6.050	
Receita de O&M	2.567	
Remuneração dos ativos de contrato (+/-) Diferença RAP orçada x realizada	26.342	
Ativo de contrato 31/12/2022	181.329	
Receita de construção	-	
Receita de O&M	2.921	
Remuneração dos ativos de contrato RAP Realizada	27.332	
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(2.773)	
Remuneração (Fresh-start) (i)	(21.451)	
Remuneração (Fresh-start) (i)	(5.530)	
Ativo de contrato 31/12/2023	181.829	
31/12/2023	31/12/2022	
Circulante	21.125	21.303
Ativo não circulante	160.704	160.026
Total	181.829	181.329

(i) A entrada operacional da Companhia ocorreu em 14 de novembro de 2023 e o recebimento da RAP iniciou-se em dezembro de 2023. Por esta razão, a Administração identificou ser necessário a remuneração do ativo de contrato, reconhecendo no exercício de 2023 a correção do Fresh-Start através da diferença entre orçamento e realizado. A Administração contratou especialistas da área para realização deste cálculo. Os valores de remuneração são demonstrados como segue:

	Orçamento	Realizado	Fresh-start
Receita de construção	147.579	202.754	55.175
Receita de O&M	5.487	394	(5.103)
Remuneração dos ativos de contrato	79.802	91.547	11.745
Remuneração do ativo de contrato (+/-) Diferença RAP orçada x realizada	-	(109.670)	(109.670)
Total	(45.509)	(3.186)	(42.323)
Total	187.359	181.829	(5.530)

Conforme resolução REH 3.067, A RAP da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. para o Ciclo 2022 - 2023 foi de R\$ 23.892 e, conforme a REH 3.216, para o ciclo de 2023 - 2024, é de R\$ 24.831. A entrada operacional da Companhia ocorreu em 14.11.2023 e o recebimento da RAP iniciou-se em dezembro de 2023. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo; margem de operação e manutenção (O&M); margem de construção; e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. 7. Fornecedores: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
O&M (i)	28.264	30.422
Serviços de terceiros	34	39
Seguro	25	19
Outros	5	5
Total	28.328	30.485
Curto prazo	17.537	30.485
Longo prazo	10.791	-

(i) Refere-se ao saldo do EPC (empresa contratada para execução de obra de construção civil por escopo do tipo Engineering, Procurement and Construction (EPC), termo inglês para Engenharia, Aproveitamento e Construção.) Conforme contrato com fornecedor. 8. Empréstimos: A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade de amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	71.775	71.941	2041	Mensal	2,33%
Juros	21.497	16.081	-	-	-
Total	93.272	88.022	-	-	-

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros (ii)	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Financiamento BNB (i)	88.022	6.228	(166)	(812)	93.272
Total circulante	203	-	-	-	1.900
Total não circulante	87.819	-	-	-	91.372

(i) Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, número 5.2019.256.6131, programa PROINFRA, assinado em 05 de abril de 2019 no valor total de R\$71.941 com indexador IPCA e taxa de juros 2,33% a.a (podendo ser reduzido a 1,98% devido ao bônus de adimplência). O primeiro saque foi de R\$36.000 em 17 de setembro de 2020, o segundo saque foi em 25 de março de 2021 foi no valor de R\$30.000, e o terceiro saque foi de R\$5.941. Recursos captados com objetivo de implementar a linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("Covenants"). (ii) O valor de juros de empréstimos no ano de 2023 foi de R\$6.228 (R\$7.014 em 2022), no resultado foi reconhecido somente o valor de R\$402 de juros de empréstimos, e o valor de R\$5.826 foi capitalizado. O financiamento, classificado no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade de amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (i)	26.008	26.285	2035	Semestral	6,62%
Juros	199	215	-	-	-
Encargos de debêntures	(99)	(108)	-	-	-
Total	26.108	26.392	-	-	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Despesa de Juros (ii)	Encargos	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2023
2ª Emissão de Debêntures (i)	26.392	2.949	8	(1.498)	(1.743)	26.108
Total	26.392	2.949	8	(1.498)	(1.743)	26.108
Total circulante	1.428	-	-	-	-	1.149
Total não circulante	24.964	-	-	-	-	24.959

(i) Em 29 de novembro de 2021 a Companhia realizou emissão, composta de principal e juros, cujo principal é atualizado pelo IPCA + 6,62% a.a., as debêntures não são convertíveis em ações e com vencimento em 15 de novembro de 2035. Foram emitidas 2.350 debêntures no valor nominal unitário de R\$10, totalizando em R\$23.500. As debêntures têm por objetivo o investimento no projeto de linha de transmissão. Não houve descumprimento de obrigações da emissora perante os debenturistas e os índices de cobertura do serviço da dívida previstos no item 13 da cláusula 6 da escritura de debêntures da Água Vermelha Transmissora de Energia, datada de 25 de novembro de 2021. (ii) O valor de juros de debêntures no ano de 2023 foi R\$2.949 (R\$ 3.133 em 2022). Entretanto, no resultado foi reconhecido somente o valor de R\$230 de juros de debêntures, e o valor de R\$2.719 foi capitalizado. As debêntures têm seus vencimentos do longo prazo, sem os efeitos do custo apropriado, assim programados:

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2038	Total
	1.106	1.172	1.224	1.262	20.104	24.868

10. Imposto de renda e contribuição social: 10.1. Despesas imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	2.773	-
Base presunção IRPJ 8%	222	-
Base presunção CSLL 12%	333	-
Receitas financeiras	2.421	3.489
IRPJ	2.643	3.489
Base de IRPJ lucro presumido	(643)	(850)
IRPJ calculado no ano	-	-
IRPJ anos anteriores	-	-
Despesa de IRPJ	(643)	(850)
CSLL	2.754	3.489
Base de CSLL lucro presumido	(248)	(314)
CSLL calculado no ano	-	-
CSLL anos anteriores	-	-
Despesa de CSLL	(248)	(314)
Receita do ativo contratual de concessão	499	13.674
Base presunção IRPJ 8%	40	1.094
Base presunção CSLL 12%	60	1.641
IRPJ	40	1.094
Base de IRPJ lucro presumido	(10)	(273)
IRPJ calculado no ano	-	-
IRPJ anos anteriores	-	-
Despesa de IRPJ diferido	(10)	(273)
CSLL	60	1.641
Base de CSLL lucro presumido	(5)	(148)
CSLL calculado no ano	-	-
CSLL anos anteriores	-	-
Despesa de CSLL diferida	(5)	(148)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(906)	(1.585)

10.2 Imposto de renda e contribuição social a pagar - A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	78	57
Impostos calculados	891	1.164
Impostos deduzidos	(453)	(450)
Impostos pagos	(448)	(693)
Saldo final dos impostos a pagar	68	78

10.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida). A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	5.585	5.164
Impostos calculados	15	421
Saldo final dos impostos a pagar	5.600	5.585

11. PIS e COFINS Diferidos: Correspondem aos tributos diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida). A movimentação de PIS/COFINS está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial PIS e COFINS diferidos	6.618	6.119
Impostos calculados no ano	19	499
Saldo final PIS e COFINS diferidos	6.637	6.618

12. Provisões para multas regulatórias

	31/12/2023	31/12/2022
Multa regulatória (i)	6.150	-
Total	6.150	-

(i) A Companhia opera sobre o Contrato de Concessão nº 05/2017-ANEEL, que inicialmente estabelecia a entrada em Operação Comercial das instalações de transmissão em 09 de fevereiro de 2022. Contudo, a Companhia efetivamente iniciou suas operações em 14 de novembro de 2023, resultando em um atraso em relação à data estipulada no cronograma do contrato de concessão. Ocorrendo atrasos nos marcos intermediários informados pela Companhia no cronograma proposto ou na entrada em operação comercial das instalações de transmissão contratadas, a Companhia esta sujeita às penalidades previstas na legislação e no Contrato de Concessão. No caso concreto, ocasionou um atraso de 643 (seiscentos e quarenta e três) dias, implicando a penalidade de multa estimada de 4,73% do total do investimento da operação, alcançando um montante de R\$ 6.150 em 31.12.2023. 13. Patrimônio líquido: Capital Social - O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2023 e 2022 é representado somente por ações ordinárias:

	Capital social			
	31/12/2023		31/1	



ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 26.855.869/0001-01

assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **19.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) **Risco de crédito** - Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo. b) **Risco de capital** - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 5,46% em 31 de dezembro de 2023. c) **Riscos de taxa de juros** - Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar

instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. d) **Risco de liquidez** - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. **19.2. Gestão do capital** - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **20. Seguros**: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguradora	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Tokio Marine (i)	Riscos Operacionais	92.759	15/11/2023 até 15/11/2024
Chubb Seguros (ii)	Responsabilidade Civil	10.000	14/11/2023 até 14/11/2024
Ezze Seguros (iii)	Seguros - D&O Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	20.000	25/10/2023 até 25/10/2024
Pottencial (iv)		9.739	30/06/2023 até 26/08/2024

(i) Seguro de riscos operacionais, com apólice 960 0000003239, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 92.759 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 186.759. (ii) Seguro de responsabilidade civil, com apólice 16.51.0042525.12, emitido pela Chubb Seguros, com limite máximo de indenização de R\$ 10 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 35.247. (iii) Seguro de D&O, com apólice 1031003000749, pela Ezze Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 45.000. (iv) Seguro da Potencial: Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens: (a) Processos administrativos. (b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais. (c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa. (d) Regulamentos administrativos Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso. **21. Evento subsequente**: A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações Contábeis.

DIRETORIA EXECUTIVA
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato** - Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registra o montante de R\$ 181.829 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos

necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 6, 15 e 16, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável

de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em 48 circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC SP-015199/F Contador CRC RJ-093771/O